

ESCOLARIZAÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO MUNICÍPIO DE CAMPINAS/SP

Palavras-Chave: EDUCAÇÃO INCLUSIVA; DEFICIÊNCIA VISUAL; FONOAUDIOLOGIA;

Autoras:

ANDRESSA GABRIELI DOS SANTOS - UNICAMP

Profa. Dra. MARIA ELISABETE RODRIGUES FREIRE GASPARETTO (orientadora) - UNICAMP

INTRODUÇÃO:

No âmbito nacional, a educação de pessoas com deficiência dispõe de uma base legal sólida, estruturada a partir da ampla e consistente legislação. Com o crescimento das políticas inclusivas, também tem crescido o número de matrículas de alunos com deficiência na escola regular. A presença de alunos com deficiência visual no ensino regular vem acontecendo desde a década de 50. A deficiência visual pode ser dividida em dois grupos distintos, cegueira e baixa visão. A pessoa com cegueira possui perda total da visão, ou seja, não utiliza a visão para a aprendizagem, necessitando de recursos como o sistema braille, entre outros de substituição da visão. Entende-se como pessoa com baixa visão, aquela que tem sua função visual comprometida, mas que pode ser capaz de usar a visão na realização de tarefas cotidianas (MEC, 2007). A respeito da deficiência visual, Laplane e Batista (2008) chamaram atenção para questões importantes: de que modo a deficiência visual interfere na aprendizagem? Como ensinar alunos com deficiência visual? Qual é o lugar dos recursos pedagógicos na sala de aula? Como escolher o melhor recurso? Por isso, se faz necessário compreender as condições de matrícula e de permanência de alunos com deficiência visual na escola e, de que forma a inclusão e acessibilidade podem contribuir para o processo de escolarização. Por muito tempo, acreditou-se que a educação especial oferecida de forma paralela à educação comum, seria mais adequada à aprendizagem de alunos que apresentavam necessidades específicas ou deficiência. Porém, esse conceito foi modificado de acordo com o desenvolvimento de estudos e pesquisas no campo da educação, modificando também as legislações e as práticas pedagógicas (ALVES, 2012). Com base nisso, essa pesquisa teve como objetivos, caracterizar o município de Campinas - São Paulo, conhecer e analisar o número de matrículas de alunos com deficiência visual no município e discutir como o Atendimento Educacional Especializado pode viabilizar a inclusão desses alunos.

METODOLOGIA:

Foi realizada pesquisa descritiva e documental, com abordagem quantitativa. Foram pesquisadas as legislações que norteiam a educação inclusiva, bem como, o levantamento dos dados oficiais do município divulgados no site da Prefeitura Municipal de Campinas, no Censo Demográfico de 2010 e também serão consultados e analisados os microdados do Censo da Educação Básica, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (BRASIL, 2020), referentes às matrículas de alunos com deficiência visual entre os anos de entre 2010 a 2019. As variáveis investigadas foram: características do município, incidência da matrícula, modalidade de ensino, etapas de ensino e relação entre idade do aluno e série frequentada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Os resultados e a discussão serão apresentados por meio de três eixos: 1- Caracterização do Município de Campinas – SP, 2- Matrículas de alunos com deficiência visual, 3-Atendimento Educacional Especializado.

1- Caracterização do Município de Campinas.

Atualmente, Campinas possui uma área de 801 km² e tem população aproximada em 1.080.113 (IBGE, 2010) habitantes, distribuídos ao longo de seis distritos (Barão Geraldo, Campo Grande, Joaquim Egídio, Nova Aparecida, Sousas e Ouro Verde) e centenas de bairros (SEPLURB, 2021f). A cidade de Campinas, segundo o IBGE (2010), conta com um total de 5.069 cidadãos cegos, 25.081 cidadãos que possuem grande dificuldade visual e 151.723 que possuem alguma dificuldade visual. Campinas também conta com um total de 982 alunos com deficiência matriculados e frequentando as classes comuns das escolas da Rede Municipal de Campinas, segundo dados de matrículas do INTEGRÉ na área de Educação Especial. Dados de 2010 evidenciaram o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,805 para Campinas /SP e o IDH Educação é de 0,731.

2- Matrículas de alunos com deficiência visual - Município de Campinas /SP.

Quadro 1 - Relação de alunos com deficiência visual, matriculados por ano, no período entre 2009 a 2020. Campinas /SP.

Ano	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Cegueira	73	52	58	50	51	50	37	54	55	48	49

Baixa Visão	234	222	239	237	275	246	226	202	225	220	238
Total	307	274	297	287	326	296	263	256	280	268	287

Quadro 2. Relação de alunos com cegueira matriculados por ano, nas diferentes modalidades de ensino. Campinas /SP.

Ano	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Ensino Regular	28	24	20	23	22	23	24	31	31	29	29
Educação Especial	1	1	1	2	2	2	0	0	2	1	0
EJA	23	18	24	20	18	14	5	8	7	3	4
Valor faltante	21	9	13	5	9	11	8	15	15	15	16

Quadro 3- Relação de alunos com baixa visão matriculados por ano, nas diferentes modalidades de ensino. Campinas/SP.

Ano	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Ensino Regular	160	164	156	165	192	173	173	153	173	166	187
Educação Especial	3	4	3	3	4	4	3	5	2	4	5
EJA	46	41	48	47	36	30	18	17	12	21	14
Valor faltante	25	13	32	22	43	39	32	27	38	29	32

O Quadro 1, aponta o total geral de matrículas de alunos com deficiência visual no município, mostrando que em 10 anos (2009 a 2019) houve uma diminuição de 33,0% no número de alunos cegos matriculados e o insignificante aumento de 1,0% entre os alunos com baixa visão. A respeito da matrícula de alunos cegos por modalidade de ensino, os dados evidenciaram o aumento de 1,0% na escola regular e redução expressiva na modalidade educação de jovens e adultos (EJA), conforme apresentado no Quadro 2. No tocante aos alunos com baixa visão por modalidade de ensino, verificou-se um aumento de 17,0% no número de matrículas na escola regular, a matrícula na educação especial quase dobrou e como verificado com os alunos cegos, e na modalidade do EJA, houve uma

importante redução nas matrículas dos alunos com baixa visão. Outro dado que chamou a atenção nos dois quadros, referem-se aos valores faltantes.

3- Atendimento Educacional Especializado

O Quadro 4 apresenta a quantidade de escolas públicas do município que possuem o Atendimento Educacional Especializado. Do total de 212 escolas, os dados evidenciaram que 1/3 delas aproximadamente não dispõem desse serviço. O Quadro 5 evidencia que no período entre 2009 a 2019, haviam 954 alunos de baixa visão matriculados em escolas que não contavam com o AEE. Verificando-se a relação idade e série cursada, os dados apontaram que desse total, 23,0% (223) dos alunos estavam atrasados.

Quadro 4 - Escolas públicas com e sem AEE. Campinas/SP.

Escolas Públicas de Campinas com AEE	Escolas Públicas de Campinas sem AEE
135	77

Quadro 5 - Relação de alunos com baixa visão matriculados em escolas sem AEE e atrasos em relação a idade e série cursada (2009-2019). Campinas - SP.

Alunos com baixa visão matriculados em escolas de Campinas sem AEE	Alunos com baixa visão matriculados em escolas de Campinas sem AEE, que apresentam atraso em relação à idade e série cursada,
954	223

Muitas escolas dispõem do AEE, serviço de apoio ao aprendizado que foi criado para atender alunos da Educação Especial. Alunos com deficiência visual podem apresentar dificuldades acadêmicas, principalmente em relação à acessibilidade da leitura e da escrita. Essas dificuldades podem levar à distorção escolar entre a idade e o ano escolar e conseqüentemente à evasão escolar. O atendimento educacional especializado busca identificar e elaborar recursos pedagógicos visando eliminar barreiras que alunos com deficiência visual encontram, tanto em sala de aula, quanto fora dela, oferecendo independência à formação desses alunos (DOMINGUES et al, 2010). Para Laplane (2014), a partir da responsabilização das redes públicas de ensino pela maioria das matrículas em escolas regulares, foi gerado um compromisso de se garantir não apenas a matrícula nessas escolas, mas também uma educação de qualidade, propiciando aos alunos com deficiência os recursos humanos e materiais necessários à

progressão escolar. A deficiência visual em alunos pode influenciar as condições de acesso e permanência na escola, fazendo com que sejam excluídos por motivos inconsistentes e banais pois, ainda temos uma ideia de que a escola se destina somente aos alunos padronizados por uma concepção de normalidade. O aluno com deficiência visual necessita de um ambiente que priorize para ele, não só a convivência, mas também o acesso à leitura e escrita, e aos outros conteúdos escolares. A ausência, total ou parcial, da visão pode limitar o processo de aprendizagem e de aquisições motoras, sociais e linguísticas. O Atendimento Educacional Especializado (AEE), tem como objetivo ajudar os alunos com o ensino e aprendizagem em sala de aula, por meio de recursos didáticos adequados de acordo com as necessidades específicas de cada aluno.

CONCLUSÕES:

No Brasil, a prevalência da baixa visão é estimada como sendo três vezes maior que a incidência da cegueira. Os dados apresentados evidenciaram que a quantidade de alunos cegos matriculados é inferior a esse percentual preconizado pela Organização Mundial de Saúde. Verificou-se que um terço das escolas públicas não contam com o serviço do AEE e que nessas escolas uma grande parcela de alunos com baixa visão estão em processo de defasagem idade e série cursada.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, L. A. M. **História da Educação**. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10021.pdf>

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Microdados do censo escolar 2009 a 2019**. Brasília, DF: MEC/INEP, 2009 a 2019.

Laplane, Adriana & Batista, Cecília. (2008). **Ver, não ver e aprender: a participação de crianças com baixa visão e cegueira na escola**. Cadernos Cedes.

Laplane, Adriana Lia Friszman de. **CONDIÇÕES PARA O INGRESSO E PERMANÊNCIA DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA**. Cadernos CEDES [online], 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622014000200004>

DOMINGUES, Celma dos Anjos; SÁ, Elizabet Dias de; CARVALHO, Silvia Helena Rodrigues de; ARRUDA, Sônia Maria Chadi de Paula; SIMÃO, Valdirene Stiegler. **Os alunos com deficiência visual: baixa visão e cegueira**. Brasília: Ministério da Educação, 2010.

IBGE. **Censo de 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default>.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA (MEC). Deficiência Visual. **Atendimento Educacional Especializado**. Brasília, p. 15 – 17, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_dv.pdf